

**O NASCIMENTO DO MONOLINGUISMO:
UM PARTO NADA NATURAL**

Deise Luci Pinto (UFF)
1970dlp@gmail.com

RESUMO

Este trabalho pretende, não exaustivamente, discutir sobre a questão do monolinguismo, levantada por Henrique Monteagudo, no texto *A invenção do monolinguismo e da língua nacional*, num diálogo com o texto de Einar Haugen, *Dialeto, língua, nação*, através dos quais buscam-se elucidar os conceitos de língua, dialeto e nação e estabelecer o relacionamento entre a primeira e a última, especificamente. Por meio de revisão histórica, o autor mostra como foi o processo de invenção da monoglossia e das nações como são conhecidas na atualidade e de que forma essa ideologia se consolidou nas sociedades modernas como resultado de um processo glotopolítico que teve início a partir do século XVIII mais expressivamente, mas que não teve um fim propriamente dito até os dias atuais.

Palavras-chave:

Língua. Monolinguismo. Nação.

ABSTRACT

This work intends, not exhaustively, to discuss the question of monolingualism, raised by Henrique Monteagudo, in the text *The invention of monolingualism and the national language*, in a dialogue with the text by Einar Haugen, *Dialect, language, nation*, through which we seek to elucidate the concepts of language, dialect and nation and to establish the relationship between the former and the latter specifically. Through a historical review, the author shows how the process of invention of monoglossia and nations as they are known today was and how this ideology was consolidated in modern societies as a result of a glotopolitical process that began in the 18th century more expressively, but which did not end properly until today.

Keywords:

Language. Nation. Monolingualism.

1. Introdução

Monolinguismo pode parecer um assunto que não mereça consideração, por ser a situação mais comum no mundo contemporâneo, na maior parte dos países ocidentais principalmente, mas não foi sempre assim e, por essa razão, o presente trabalho pretende analisar as considerações feitas por Henrique Monteagudo no texto “A invenção do monolinguismo e da língua nacional”, observando o diálogo que estabelece com o texto “Dialeto, língua, nação”, de Einar Haugen.

Ao refletir sobre o assunto, pode ser que haja uma ideia de que nada se encontre de especial ou diferente que possa justificar uma reflexão mais demorada – porém isso somente se dá quando se trata de um pensamento contemporâneo, fruto de mente ocidental e, mais precisamente, mente americana. Mas, especialmente, contemporânea.

A história nos mostra que o mundo não foi sempre dividido da forma que ora se apresenta: nem as fronteiras geográficas, muito menos as linguísticas. Antes, os territórios eram parcamente divididos e, guardadas as devidas proporções, numerosamente ocupados por povos falantes de línguas diversas; e, dessa forma, o plurilinguismo fazia parte do cenário comum e não constituía empecilho em absoluto para a comunicação. Podia ser que não fosse tão fácil quanto quando se possui um uniforme canal para esse fim, porém, tampouco foi essa urgência sentida para a invenção do monolingüismo nas sociedades surgidas/ criadas (da forma que foram) a partir do século XVIII.

Alguns fatores podem ser apontados como motivadores para que o monolingüismo se tornasse o que é atualmente na maioria das sociedades: o esperado, o normal, o certo.

2. As concepções em “Dialeto, língua, nação”, de Einar Haugen

Considerando o texto “Dialeto, língua, nação”, de Einar Haugen, observa-se que a problemática envolvendo as diferentes línguas começa na conceituação das próprias palavras ‘língua’ e ‘dialeto’, por exemplo, vistos dentro de um mesmo contexto. Essa dificuldade se dá a partir do momento que a classificação entre o que seja um ou outro já revela posicionamentos sociais e não somente linguísticos, uma vez que, normalmente, a partir de uma visão historiográfica, pelo menos, o termo ‘dialeto’ sempre esteve em posição inferior ao que se entende como ‘língua’, que é mais prestigiada, bem como o povo que a utiliza em primeiro lugar. Entretanto, o que o autor salienta é justamente que esses termos não deveriam ser usados de forma diversa de um *continuum*.

Para explicar tal fenômeno, o autor lançou mão de conhecimentos acerca de línguas faladas na região da Grécia para explicar que os dialetos, conhecidos com tal referência, eram variedades escritas, cujos nomes remetiam sua própria região, e que serviam a diferentes propósitos: a história, a lírica e a tragédia, por exemplo. A união de todas elas, com normas escritas distintas, porém aparentadas, é que se chamava de grego.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Foi justamente esse parentesco o que restou quando do desaparecimento dos chamados dialetos para o surgimento de uma norma grega unificada, chamada *coiné*, que resultou de uma convergência linguística entre os dialetos que existiam anteriormente – essencialmente o dialeto de Atenas, que constituía o centro cultural e administrativo dos gregos.

Essa situação grega serviu de modelo para dois eventos posteriores – o primeiro foi o fornecimento de um modelo para o uso dos termos ‘língua’ e ‘dialeto’; o segundo foi o modelo adotado para a escolha da língua a ser prestigiada em detrimento das demais, que estariam dividindo o mesmo espaço geográfico.

Dessa forma, tem-se que ‘língua’ pode referir-se a uma norma ou a um conjunto de normas linguísticas, ‘dialeto’ é algo inferior à língua, resultando na aceitação de que “todo dialeto é uma língua, mas nem toda língua é um dialeto” (HAUGEN, 2001, p. 100).

Surgiu, também, no uso francês, o termo *patois* para se referir à língua falada primordialmente (e não necessariamente escrita), enquanto o dialeto passou a ser visto apenas como a variedade regional de uma língua. Os dialetos (das diversas regiões francesas) eram padrões escritos regionais – como os gregos – embora não tivessem atribuição funcional como esses, e, mais tarde, foram substituídos pelo padrão escrito de Paris.

Ao deixar de ser falado, o dialeto automaticamente tornava-se um *patois*. Com o tempo, sob a observação de que um *patois* não era utilizado para fins literários, mas, sobretudo, em situações informais, houve uma assimilação com a ideia de que “um *patois* é um dialeto que serve uma população em suas funções menos prestigiadas” (Haugen, 2001, p. 100). Essa distinção não era mais entre tipos de língua, então, mas entre funções de língua, o que levou e leva ao questionamento sobre as funções sociais de uma língua, uma vez que determinariam qual seria prestigiada em detrimento das demais.

É nesse ponto que o termo “dialeto” começa a ser usado de forma mais pejorativa, como quando é associado ao falar das pessoas de classe social mais baixa, ou rural, mas sempre a fala informal. Socialmente falando, dialeto é um tipo de língua que deve ser excluído da sociedade letrada, acadêmica, polida de maneira geral. Normalmente, a língua das classes mais favorecidas é que se configura como a forma correta de expressão – repetição do padrão grego supracitado.

Haugen aponta que, desde o Renascimento, é possível perceber entre os estudiosos sérios da questão o pensamento de que o termo “língua” estava intimamente associado à ascensão de uma identidade de nação e de uma consciência de unidade de um povo. Por isso mesmo, a necessidade de haver uma única língua e, por esse mesmo motivo, a língua escolhida correspondia à que era falada entre os membros da elite daquela sociedade/nação em formação. Entre tais estudiosos, muito provavelmente, configuravam os revolucionários do século XVIII que, com muito critério e interesses próprios, criaram sociedades monolíngues a fim de criarem nações bem-sucedidas.

3. A contribuição de Henrique Monteagudo para a questão

É no texto de Henrique Monteagudo, professor e pesquisador do Instituto da Língua Galega, da Universidade de Santiago de Compostela, que se pode conhecer mais sobre a invenção do monolingüismo e da língua nacional. É esse mesmo autor quem vai buscar comprovar que não se trata de um fenômeno natural, mas de uma série de operações glotopolíticas – com a finalidade de exaltar uma única língua em detrimento das que com ela sobrevivem, sem, no entanto, gozarem do mesmo prestígio social – dependentes do Estado para manterem, de forma artificial, o resultado de tais articulações.

Importa saber que tal reflexão encontra maior importância quando entoada por esse autor, cuja ascendência é plurilíngue e cujo ambiente familiar foi bilíngue desde sua tenra infância. Para ele, o monolingüismo suscitou dúvidas, questionamentos, não era natural; e aponta o fato de que as pessoas se espantam com seu objeto de estudo. Isso porque, atualmente, os indivíduos nascem monolíngues, em comunidades sociais monolíngues e somente se tornam bilíngues (plurilíngues seria caso de raridade) mediante situações especiais, mais comumente através do aprendizado formal – não sendo de todo impossível o bilingüismo social, ou seja, o que ocorre a partir do contato com idiomas diferentes em ambiente social (o casamento, por exemplo) e não acadêmico.

Entretanto, conhecedor de que, já na antiguidade, as elites de Roma, por exemplo, eram bilíngues – o grego era a língua franca e o latim, a língua culta – e de que toda a Península Ibérica, ainda no século XIII, era uma região plurilíngue, suscitou a curiosidade de descobrir como as sociedades tornaram-se monolíngues.

Monteagudo define o monolinguismo como a homogeneização de populações falantes de várias línguas, ação mantida artificialmente pelos estados, a partir da exclusão de outros idiomas que não o definido como oficial, e que “tem muito a ver com a criação dos estados-nação de formato europeu” (MONTEAGUDO, 2012, p. 46). Portanto, percebe-se que o monolinguismo é, na verdade, mais uma ideologia do que uma realidade, uma situação factual e esse comentário encontra apoio na própria avaliação de Monteagudo de que a invenção da ideologia monoglôssica se deve à invenção da ideologia do estado-nação, a qual deriva do regime napoleônico e que é tão poderosa quanto a primeira na cultura ocidental.

De acordo com o professor Henrique Monteagudo, existem diferentes posicionamentos acerca das identidades nacionais; o primeiro, segundo os relatos tradicionais, assevera que essas têm origem remota e que cada nação tem séculos de existência, essência imutável, fundamentos e objetivos, entre os quais figura a língua, além de território, raça, unidade, originalidade cultural e psicologia coletiva. Por outro lado, apresenta o construtivismo, segundo o qual a proposta seria de que “as nações e as correspondentes identidades nacionais são artefatos de fabricação recente, resultados de processos característicos da modernidade” (MONTEAGUDO, 2012, p. 46). Ainda, mesmo entre os construtivistas, há os que sejam moderados e creem que a invenção da identidade nacional seja, na verdade, uma reinterpretação de elementos tradicionais pré-existentes e os que sejam mais radicais, que a entendem como algo que partiu praticamente do nada, ou seja, quase uma invenção.

4. Os modelos napoleônico e herderiano de criação das nações ocidentais contemporâneas

Não importando, neste momento, definir que corrente de pensamento corresponde à realidade dos fatos, o que se observam, ao longo da história, são dois modelos de criação de sociedade monoglôssica e ambos passam pela ideologia da unidade nacional. O primeiro modelo, chamado napoleônico, pelo seu esforço em buscar consolidar os princípios fundamentais da Revolução Francesa de 1789 – soberania nacional, governo do povo, igualdade entre os cidadãos – deu-se num ambiente multicultural e profundamente multilíngue, em que se falavam idiomas (ou dialetos) tais como o occitano, o bretão, o champanhês, o basco, o bretão, entre outros, e o francês parisiense, escolhido como a língua oficial, uma

vez que a elite financeira e pensante que patrocinou a Revolução encontrava-se naquela região.

A fim de promover a mudança necessária para escapar do Antigo Regime, em que o estado (território) era patrimonial e propriedade da dinastia reinante e, finalmente, instaurar as revolucionárias ideias que transfeririam a fidelidade dos súditos da Coroa para um governo do povo e para o povo, alicerçados num sentimento nacionalista, é que se buscou fundar a mentalidade nova de uma cultura homogênea, expressa numa língua comum, sob os princípios de igualdade entre os cidadãos e soberania do povo. Assim, partia-se da noção de estado francês para nação francesa, sob um processo de etnicização do estado e, irremediavelmente, cunhando o modelo napoleônico: um estado > uma nação > uma língua.

Esse processo não pode ser encarado como tão natural assim, pois foi preciso um trabalho de mudança de mentalidade, com o apoio da máquina estatal, através do uso administrativo da língua e do controle estatal sobre o aparelho educativo, para se chegar a um resultado que conhecemos na atualidade e que foi imitado em outros processos de criação de nação. À página 48 de seu texto, Monteagudo (2012) faz a seguinte afirmação:

Na superfície, esse discurso afirmava que os franceses já eram uma nação porque possuíam uma cultura e uma língua comuns, mas o que na verdade afirmava é que os franceses deviam possuir uma língua e uma cultura comuns para chegarem a constituir uma nação (...) as várias populações que habitavam nos territórios do velho estado dinástico são chamadas a se constituir em nação francesa, e para tanto, a abandonar as suas línguas seculares e adotarem o idioma francês. (MONTEAGUDO, 2012, p. 48)

A ideologia da monoglossia acabava de ser consolidada!

Data do mesmo período, um processo que não se encerrou até os dias atuais de declínio do uso das línguas minoritárias, as quais, na verdade, passam a ser verdadeiramente minorizadas, desde que o âmbito de seu emprego é normalmente os menos prestigiados da vida social, bem como seus falantes são estigmatizados pelo uso de uma língua ‘inadequada’ – o que leva à redução do número desses falantes, à impossibilidade de letramento institucionalizado nessas línguas e à sua consequente morte. Então, conforme explica Marcos Bagno em seu *Dicionário crítico de sociolinguística*:

A atual política de valorização e estímulo dessas línguas na Europa é, de fato, uma ideologia condescendente e paternalista, que só pode ser elaborada depois da cuidadosa marginalização (quando não da simples aniqui-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

lação) dessas mesmas línguas nos últimos duzentos anos. (BAGNO, 2017, p. 279)

Ao mesmo tempo, de forma diversa – contrária mesmo – havia o modelo herderiano, o qual se configurou como uma língua > uma nação > um estado. Esse modelo foi assim conhecido por conta da inspiração que foi atribuída ao filósofo alemão Johann G. Herder (1744–1803) e logrou mais sucesso na Europa central e oriental, promovendo movimentos de unificação – Itália e Alemanha, por exemplo –, desmembração de Impérios – o otomano, entre outros – e a independência de países como a Noruega e a Finlândia. Todos esses processos também tiveram por base a ideologia de movimentos nacionalistas que relacionaram a língua com a identidade nacional e o estado, porém de forma oposta ao modelo napoleônico.

O autor explica que essas comunidades étnicas nutriam o desejo de criar um estado a partir da língua que compartilhavam, embora, muitas vezes, não fosse associada a uma tradição cultivada, sendo mesmo ágrafa em numerosos casos. Destarte, seu pensamento configurava-se contrário ao estatalista:

Somos uma comunidade diferenciada porque possuímos uma língua própria e distinta, e por isso mesmo constituímos uma nação, e como tal temos direito a um estado independente. (...) o que se reivindicava não era um estado independente, mas um estado federado em pé de igualdade com outras comunidades étnico-linguísticas. (MONTEAGUDO, 2012, p. 50)

Totalmente contrário ao processo de etnicização da política, nesse caso o que se observa é a politização da etnicidade, já que se configura um processo no qual a língua é o fator determinante para a criação da nação, muitas vezes, com a “desaparição de unidades políticas anteriores e da desmembração de partes de territórios doutros países” (MONTEAGUDO, 2012, p. 51), promovendo, assim, a fragmentação de impérios e o nascimento de estados. Além disso, outra diferença que se faz mister conhecer é que neste modelo o pluralismo não é necessariamente combatido/abolido – ele simplesmente não é forte o suficiente para ser tido como empecilho para a criação da Nação-estado.

5. Considerações finais

De qualquer forma, por um modelo ou por outro, o que o autor nos leva a concluir é que houve uma associação bem estreita entre língua,

identidade nacional e estado em toda a Europa e essa associação era excludente o bastante para estabelecer como norma o nacionalismo único e o monolinguismo e, conseqüentemente, a fomentação deste último entre os indivíduos. A partir da consolidação desse processo, o plurilinguismo passou a ser estranho, raro, anômalo, bem como os indivíduos bi- ou plurilíngues. Não se pode negar, portanto, que os dois processos são resultado de grandes transformações na consciência linguística das comunidades neles envolvidas, especialmente pela “criação e difusão de ideologias e discursos legitimadores da uniformização linguística, da hegemonia da língua nacional (...) e foi assim que se inventou o monolinguismo.” (MONTEAGUDO, 2012, p. 51)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Dicionário crítico de sociolinguística*. 1. ed., São Paulo: Parábola, 2017.

HAUGEN, Einar. Dialeto, língua, nação. In: BAGNO, M. (Org.). *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001.

MONTEAGUDO, Henrique. A invenção do monolinguismo e da língua nacional. *Gragoatá*, n. 32, p. 43-53, 2012.

THIESSE, Anne Marie. Ficções Criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*. Porto Alegre: n, 15, 2001/2002.

O PAPEL DA ESCOLA EM VENCER O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA SOCIEDADE

Rafaela Rangel Hazelman (UENF)

rafaelarangel2010@gmail.com

João Batista da Silva Santos (UENF)

joãosanto.92@gmail.com

Gabriela Taveira da Silva Mello (UENF)

igabbytaveiramello@gmail.com

Mariana Nogueira Pereira (UENF)

marianapereiar@gmail.com

RESUMO

O ambiente escolar consiste em intermediar interações sociais entre seus membros, principalmente entre os alunos, que podem ser provenientes de diferentes contextos econômicos, geográficos e culturais, possuindo formas distintas de comunicação, de acordo com a linguagem utilizada em seu meio. Este trabalho tem como objetivo levantar o pressuposto de que a escola em conjunto com o educador deve adequar a sua linguagem às diferentes variações linguísticas que podem se apresentar, para que as diferenças sejam respeitadas, discutidas e disseminadas dentro do contexto escolar, possibilitando meios para que o preconceito linguístico seja erradicado. Para sua construção, realizou-se pesquisa bibliográfica, baseada em livros e artigos científicos, composta de fontes teóricas que embasam a busca de respostas sobre o tema abordado. A partir das informações apuradas pode-se concluir que a língua é viva, múltipla, variável, instável. Ela está sempre em construção e desconstrução. Com isso, devem ser respeitadas as diferenças existentes na sociedade para que não haja preconceito nas desigualdades sociais.

Palavras-chave:

Escola. Preconceito Linguístico. Variação linguística.

RESUMEN

El entorno escolar consiste en la intermediación de interacciones sociales entre sus miembros, principalmente entre estudiantes, que pueden provenir de diferentes contextos económicos, geográficos y culturales, teniendo diferentes formas de comunicación, según el idioma que se utilice en su entorno. Este trabajo tiene como objetivo plantear el supuesto de que la escuela junto con el educador deben adaptar su lengua a las diferentes variaciones lingüísticas que puedan aparecer, de manera que las diferencias sean respetadas, discutidas y difundidas dentro del contexto escolar, habilitando vías para se erradica el prejuicio lingüístico. Para su construcción se realizó una investigación bibliográfica, a partir de libros y artículos científicos, compuesta por fuentes teóricas que sustentan la búsqueda de respuestas sobre el tema abordado. De la información obtenida se puede concluir que el lenguaje es vivo, múltiple, variable, inestable. Siempre está en construcción y desconstrucción. Con esto, se deben

respetar las diferencias existentes en la sociedad para que no haya prejuicios en las desigualdades sociales.

Palabras clave:

Colegio. Prejuicio lingüístico. Variación lingüística.

1. Introdução

O preconceito linguístico como um termo autoexplicativo; preconceito (prejulgamento); linguística (a língua em suas diferentes formas), Partindo do princípio conceitual, traçamos uma sequência de termos e variações de importantes situações em que eles se posicionam a serem clarificadas ao decorrer do trabalho.

Abordaremos o preconceito linguístico como um padrão de ideias a ser destrinchado desde a sua origem, desenvolvimento e prática; tendo como caminho para apontamento em cada uma de suas fases, dos pontos a serem combatidos. O preconceito como prática e teoria.

É de suma importância que façamos uma apresentação sequenciada para que ocorra o entendimento de quais agentes estão ativos, realizando a prática e quais estão passivos a ela, sofrendo as consequências. Além disso, é por meio da análise que exporemos de fato, o papel da escola em vencer o preconceito linguístico.

Fazendo uso da escola como laboratório social e principal desenvolvidora e divulgadora de ideais, refletiremos sobre a cerca da relação histórica, regional e social com as diferentes formas de apresentação da língua. Há no preconceito destinado a este assunto um valor político a ser debatido.

[...] as normas sociais ou regras de comportamento são variadas e relativas. Variadas porque os agrupamentos constitutivos da sociedade também são variados, e relativas porque os juízos de valor só têm significação em relação ao grupo ou ao conjunto de referência no qual se situam os indivíduos. (ALÉONG, 2000, p. 149)

Discutir o valor da diversidade, seja ela qual for, é um desafio e uma forma de resistência a um padrão. Ao longo da investigação a relevância de não assumirmos padrões assertivos em instituições, principalmente escolares, se fará claro. Tendo como ponto de partida a educação, é pertinente firmarmos que o comprometimento deverá ser além da repressão a prática, mas a disseminação de uma solução.

Leite (2005) disserta de maneira explícita sobre a forma na qual se apresenta o preconceito linguístico:

O preconceito é a discriminação silenciosa e sorrateira que o indivíduo pode ter em relação à linguagem do outro, é um não-gostar, um achar feio ou errado um uso (ou uma língua), sem que se tenha a configuração do que poderia vir a ser o bonito ou correto. A intolerância, ao contrário, é ruidosa, explícita, porque, necessariamente, se manifesta por um discurso metalingüístico, calcado em dicotomias, em contrários, como, por exemplo, tradição x modernidade, x conhecimento x ignorância, saber x não-saber, e outras congêneres. (LEITE, 2005)

Pautados nesse mesmo raciocínio, desenvolveremos nosso trabalho. Mantendo presente o valor político em se discutir a papel da escola como ambiente formador e conscientizador, na luta contra a progresso do preconceito as variações da língua. Por último, vale ressaltar a importância do ambiente e diálogo escolar como primeiro contato socializador do aluno.

2. *Conceituando Variação Linguística*

Podemos interpretar como variação linguística, as formas distintas que nós podemos usar para se comunicar. Essas variações ocorrem conforme estes indivíduos provêm de diferentes locais, com suas diferenças de idade, classe social, contextos, profissão e nível de escolaridade. Ao contrário do que se possa parecer para alguns, a variação linguística não é um fenômeno exclusivo de determinado país ou grupo social.

O que acontece é que em toda língua do mundo existe um fenômeno chamado variação, isto é, nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico. (BAGNO, 1999, p. 48)

Explicando como a variação linguística é um fenômeno que atinge as diversas camadas sociais, em seu livro “A língua de Eulália”, Marcos Bagno afirma:

A Língua também fica diferente quando é falada por um homem ou por uma mulher, por uma criança ou por um adulto, por uma pessoa alfabetizada ou por uma não-alfabetizada, por uma pessoa de classe alta ou por uma pessoa de classe média ou baixa, por um morador da cidade e por um morador do campo e assim por diante. Temos então, ao lado das variedades geográficas, outros tipos de variedades: de gênero, socioeconômicas, etárias, de nível de instrução, urbanas, rurais etc. (BAGNO, 2006, p. 21)

A variação linguística está presente não só na forma individual de cada um se comunicar, mas também está presente na forma que molda-

mos nossa linguagem a adaptando de acordo com o tópico discursivo e contexto social onde estamos inserindo essa comunicação. O fenômeno da variação linguística está presente tanto na parte sintática quanto na parte fonológica. (LABOV, 2008)

Camacho (2001, p. 57) explica que o termo “variação” pode ser interpretado como “duas ou mais formas alternativas de dizer a mesma coisa no mesmo contexto”. Partindo dessa informação, devemos compreender que a variação linguística não se trata de um fenômeno no qual se determina que tal modo de comunicação de certa coletividade pode ser mais ou menos correto que de outra, mas sim de uma decorrência natural de mutação e instabilidade de determinada língua, sendo nós capazes de compreender estas variações que podem trazer dissemelhantes formas de se expressar com um único significado.

A sociolinguística é a área que se dedica aos estudos da linguagem com enfoque no comportamento linguístico dos indivíduos de acordo com suas respectivas sociedades e as mudanças decorrentes de acordo com essas distinções dos meios. Para afirmar os objetivos dos estudos sociolinguísticos, Mollica (2003) explica que:

Cabe à Sociolinguística investigar o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos e prever seu comportamento regular e sistemático. Assim, compreende-se que a variação e a mudança são contextualizadas, constituindo o conjunto de parâmetros um complexo estruturado de origens e níveis diversos. Vale dizer, os condicionamentos que concorrem para o emprego de formas variantes são em grande número, agem simultaneamente e emergem de dentro ou de fora dos sistemas linguísticos. (MOLLICA, 2003, p. 11)

2.1. Como a variação linguística se mostra presente na fala dos brasileiros?

Neste artigo buscamos tratar do preconceito linguístico no ambiente escolar, ressaltamos previamente que o fator social é ponto de predominância quase total quando se pratica o preconceito linguístico e cabe a escola se adequar a uma educação que oriente seus alunos a serem conscientes quanto às variedades linguísticas e sabendo adaptar suas falas, suas comunicações de acordo com o ambiente, se desprendendo da gramática normativa como se fosse uma linguagem única para todo e qualquer tipo de situação e respeitando as demais linguagens que cada pessoa carrega consigo.

Para explicarmos e conceituarmos a variação linguística social ou diastrática, podemos dizer que os principais fatores que determinam a subjetividade linguística social são o sexo, a faixa etária, profissão e nível de escolaridade. Para exemplificar como o grau de escolaridade interfere no uso da linguagem, Bagno (2006) explica que o português padrão ensinado nas escolas e falado por pessoas escolarizadas, demonstra que para formarmos uma frase no plural, devemos alterar várias classes de palavras: artigo, substantivo, adjetivo, verbo. Enquanto no português não-padrão, que é a linguagem utilizada normalmente por indivíduos afastados da educação escolar, o plural é marcado somente em uma palavra na frase, como por exemplo, “nós não vai até ali”.

De acordo com Aragão (2010), outros traços da variação linguística social (e também na variação geográfica ou diatópica) está na adaptação fonética quanto à pronúncia de palavras entre as camadas mais populares, e que já faz parte do dia a dia de muitos falantes brasileiros. Como por exemplo, a aférese do verbo estar, que se torna tá, tão, tou e assim por diante. A apócope do “r” também já se tornou comum, onde por exemplo “amar” vira “amá”. Presenciamos também a síncope do “d” no grupo “nd”, onde “colocando” vira “colocano”, “sabendo” se torna “sabeno” e assim por diante.

3. Do que se trata o Preconceito Linguístico?

Bagno (1999), explica que apesar das distinções geográficas entre os falantes do português brasileiro contribuírem para que o preconceito linguístico seja dissipado, a diferença de “status social” entre os demais falantes é o que mais contribui com o preconceito linguístico, diferença esta que mostra que quem domina a norma não padrão é a maioria da população e os falantes da norma padrão, sendo a mesma a que é ensinada na escola, se mostram ser minoria dentro de nossa população. Como infelizmente ainda grande parte da população em nosso país ainda se constitui de pessoas abastadas do direito à educação, educação esta que ainda procura exaltar o uso da norma padrão da língua, estas pessoas são consideradas pessoas sem língua, acabando por terem uma forma de comunicação ridicularizada e desprestigiada perante os que dominam o uso da norma culta, o que é um equívoco, pois a forma destes falarem, apenas diferem dos que fazem uso da norma culta padrão.

Ainda nas palavras de Bagno (1999) existe um certo complexo de inferioridade quanto a linguagem utilizada no território português, onde

sentimos que somos “dependentes de um país mais antigo e mais civilizado”. O mesmo faz alusão à este preconceito, perante à concepção de que o nosso país se trata de uma região subdesenvolvida devido ao fato de sermos uma população miscigenada de negros e indígenas, erroneamente tratadas como raças inferiores à do homem branco europeu. Desta forma, ele explica que numa visão preconceituosa, uma raça que não é “pura”, não poderia ser falante de uma língua “pura”. Ainda sobre este ponto, uma diferença entre o Brasil e Portugal é o uso de pronomes o/a, de construções como “eu o vi”, onde no português do Brasil este uso está praticamente em desuso, desde as classes dos não-alfabetizados até a classe dos mais cultos, enquanto em Portugal esta prática é forte pela população. Isso acaba revelando que esse tipo de construção com os pronomes em território brasileiro está presente somente na gramática ensinada na escola, sobretudo na forma escrita.

Quando nos referimos à língua e linguística no contexto escolar, é imprescindível falarmos da oralidade e da escrita. A rejeição da oralidade como conteúdo a ser trabalho em sala de aula, pode reforçar o quadro do preconceito linguístico no meio escolar. Ainda podemos nos deparar com educadores que se preocupam exageradamente para educar seus alunos no uso estrito da gramática normativa escrita apenas, o que é um equívoco, pois muito antes de um indivíduo aprender a escrita acompanhada da gramática normativa, ele já é capaz de se comunicar com outros seres que já fazem parte de seus círculos sociais e compreender signos. Podemos concluir esta afirmação em concordância com Saraiva (2019) que afirma:

A aprendizagem satisfatória da língua acontece quando o sujeito consegue utilizar as diferentes modalidades de linguagem, oral e escrita, através da compreensão do que lê e ouve nos diversos contextos de comunicação. Já que a partir desse entendimento, ele será capaz de agir criticamente em seu meio social. (SARAIVA, 2019, p. 40-1)

4. O papel da escola frente às variações linguísticas e o preconceito linguístico

A escola constitui-se um ambiente de diversidade e aprendizagem, seus membros originam-se dos mais variados níveis sociais, contextos culturais, espaços geográficos e situações econômicas. Os membros desta trazem consigo para dentro da sala de aula sua forma de comunicação, tanto oral como escrita, de acordo com o contexto que este esteja inserido. Portanto, a escola como meio de interação social deve estar atenta

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

para sanar qualquer indício de preconceito linguístico, que possa vir a ocorrer devido às variações linguísticas presente nela.

Para melhor compreensão, precisa-se analisar como aumentou esse preconceito. De acordo com a Constituição Federal de 1988, no Artigo 205 determina: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Conforme a educação teve seu acesso ampliado a todos, baseado nos projetos que definem a educação como um direito de todos e dever dos órgãos públicos propiciá-la, as classes menos favorecidas tiveram maior acesso a educação básica. Levantando questões sobre como a linguagem e o ensino da língua é transmitido dentro de sala de aula, uma vez que os alunos das classes menos favorecidas provêm de famílias com pouca ou nenhuma escolaridade e por isso não tiveram acesso à língua culta, que é contemplada na escola. Os alunos das classes menos favorecidas ao chegarem à escola veem sua língua ser desrespeitada e estagnada, pela norma culta que determina que o modo como falaram sua vida inteira é errado e que devem parar de falar daquela maneira, pois agora sabem qual é o jeito correto. Kramer (1989) afirma que

[...] o trabalho pedagógico precisa se orientar por uma visão das crianças como seres sociais, indivíduos que vivem em sociedade, cidadãos e cidadãs. Isso exige que levemos em consideração suas diferentes características, não só em termos de histórias de vida ou de região geográfica, mas também de classe social, etnia e sexo. Reconhecer as crianças como seres sociais que são implica em não ignorar as diferenças. (KRAMER, 1989, p. 19)

Outro autor que disserta acerca do tema é Libâneo (1994), quando diz:

A aprendizagem escolar tem um vínculo direto com o meio social que circunscreve não só as condições de vida das crianças, mas também a sua relação com a escola e estudo, sua percepção e compreensão das matérias. A consolidação dos conhecimentos depende do significado que eles carregam em relação à experiência social das crianças e jovens na família, no meio social, no trabalho. (LIBÂNEO, 1994, p. 87)

O preconceito linguístico dentro do ambiente escolar começa, quando a escola que deveria acolher e compreender seus alunos acaba ocasionando um constrangimento nos mesmos, tornando muitos deles passivos quanto à aprendizagem da língua por silenciar suas vozes. A escola deve levar em consideração as experiências linguísticas, que os

alunos trazem consigo na sua bagagem social, promovendo um ambiente de troca de saberes. O preconceito linguístico vem ganhando grandes proporções devido à confusão entre a língua cotidiana e a norma culta, já que esta nega e negligencia a existência da pluralidade da língua, mesmo quando está incluída nas variações linguísticas. Exercido em grande parte por educadores e pessoas a frente da educação, que acabam impondo a norma culta, mesmo que inconscientemente, aos seus alunos, tornando perpetuadores desse preconceito. Gerando uma intolerância ao modo como os alunos utilizam a língua, esquecendo que nem sempre falar de modo diferente significa falar errado, existem inúmeros fatores que influenciam como o científico, histórico e sociológico.

Perfeito (2010) aborda a linguagem em três aspectos: como expressão do pensamento, instrumento de comunicação e meio de interação social. A linguagem como expressão do pensamento, é por meio da linguagem que os pensamentos ganham forma, ou seja, a língua traduz o que se pensa de modo organizado; a linguagem quanto instrumento de comunicação é utilizada para transmitir mensagens entre o emissor e receptor, sendo seu objetivo principal a compreensão e por último a linguagem um meio de interação social, as pessoas necessitam interagir entre si e o meio pelo qual fazem isso é a comunicação, que permite a troca de informações e expressar opiniões.

Baseado na concepção de Perfeito (2010) chega-se à conclusão da necessidade de mudança no ensino da língua, para que se possa vencer o preconceito linguístico. A escola tem o papel crucial de orientar seus alunos a respeito de como viver em sociedade, um meio de ensinar isso é por determinar que não há apenas uma única língua falada em todo território, que a língua constitui-se resultado entre as interações dos falantes e de acordo com as necessidades destes. Milroy (2011) fala sobre a Ideologia da Padronização da língua que acarretou o conceito de que existe apenas uma língua correta entre os falantes, por isso muitos acreditam que a língua seja única e que se deve eleger uma única palavra como correta dentre todas as outras. Para se combater o preconceito linguístico faz-se necessário que os alunos o compreendam plenamente, sendo de vital importância que as aulas de língua portuguesa contemplem o que é variação linguística, como surgiu, como ocorre e vir a refletir sobre as variedades linguísticas existentes em nosso país, a fim de desmentir os dogmas educacionais do que é certo e errado a respeito da língua.

Um dos maiores perpetuadores do preconceito linguístico na escola, é o livro didático, embora este trabalhe a variação linguística quanto

conteúdo, classificando os tipos de variedades existentes, possui uma abordagem que se baseia no conceito de padronização da língua distorcendo a variações linguísticas, como se elas desvirtuassem o uso padrão da norma culta e em consequência disso pouco se reflete sobre os fenômenos de existência e permanência das variações. Cremos que estes deveriam prestigiar todos os aspectos linguísticos, em contramão a concepção já arraigada da língua única, ampliando o repertório linguístico dos alunos em vez de substituí-los. Para tanto, Fargetti e Miranda (2016) relatam em seus estudos acerca de como o livro didático aborda o plurilinguismo na língua portuguesa, um quadro preocupante quanto ao ensino das demais variações linguísticas. As autoras concluíram que boa parte do material pesquisado (aproximadamente cinquenta livros didáticos), somente dez abordam de alguma forma o tema da variação linguística. Estes mesmos que ainda abordaram, trouxeram equívocos sobre as línguas gerais e o surgimento das mesmas. Tal quadro acaba revelando um cenário onde livros didáticos mesmo que com conteúdos errôneos são tratados como incontestáveis, o que por vez acaba mantendo a imagem do Brasil no meio escolar como um país monolingüístico.

É primordial levar em consideração que os alunos já chegam à escola com certos preconceitos estabelecidos, devido à exposição em programas televisivos, radialistas e tecnológicos que propõem o jeito certo e errado da fala. O objetivo principal das mídias é o uso de uma boa linguagem, por isso o ensino da língua deveria conceituar as falas mais letradas, identificando e coletando informações nela e transmitindo de forma clara e objetiva, de acordo as necessidades e capacidades dos ouvintes. Isso é descrito por Bagno (1999) em relação ao uso e o ensino da língua:

Depois de muita discussão, pesquisa e reflexão sobre a necessidade ou não de ensinar gramática na escola, os linguistas e educadores que propõem um ensino de língua mais sintonizado com as reais necessidades dos cidadãos concluíram que, definitivamente, não cabe mais desperdiçar o tempo e o espaço da escola com a tentativa de inculcar nos aprendizes uma nomenclatura técnica interminável para ser aplicada em exercícios de análise sintática ou morfológica sem nenhum objetivo claro e definido. (BAGNO, 1999, p. 85)

A escola tem a responsabilidade de proporcionar uma educação atualizada e incentivadora, formando alunos que além de letrados sejam tolerantes as falas alheias. Por esse motivo é importante à aplicação de uma nova metodologia, que coloque o aluno em contato com diversos

usos da linguagem nos mais variados contextos, dentro da conjuntura da atual sociedade que tem como sua maior característica a diversidade.

A teoria em si não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais, efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação (VÁZQUEZ *apud* SAVIANI, 2003, p. 73).

Não se deve considerar isso como um preconceito ou manifestação contra a norma culta ou a norma gramatical, por tentar fazer com que não exista mais, o foco é diminuir o preconceito contra as diversidades das falas e das variações, não trocando os papéis e fazendo com que uma se considere melhor que a outra. A escola avalia a inteligência dos seus alunos baseado na desvalorização da sua fala, Bagno (1999) afirma sobre o assunto:

Esse ensino tradicional, como eu já disse, em vez de incentivar o uso das habilidades linguísticas do indivíduo, deixando-o expressar-se livremente para somente depois corrigir sua fala ou sua escrita, age exatamente ao contrário: interrompe o fluxo natural da expressão e da comunicação com a atitude corretiva, cuja consequência inevitável é a criação de um sentimento de incapacidade e incompetência. (BAGNO, 1999, p. 133)

O ensino da língua nas escolas deveria trabalhar com mais naturalidade a linguagem urbana, dar mais prestígio ao português utilizado no Brasil em seus aspectos mais simples e descomplicado, sem a gramática exercida por nós oriundos de outro país por meio das classes mais letradas e favorecidas. Enquanto isso ainda não ocorre na prática, os educadores a fim de vencer o preconceito linguístico utilizam de atividades lúdicas, dinâmicas, criativas e inovadoras para tratar de um assunto tão delicado. O professor tem um papel primordial de fazer os alunos enxergarem a grandeza sociocultural da língua, só que antes o professor precisa estar familiarizado com o que engloba o preconceito linguístico e as formas de combatê-lo, adquirindo uma postura de produtor dos seus próprios conhecimentos teóricos e práticos, afastando-se das atitudes arcaicas e doutrinadoras de uma gramática incoerente para seus alunos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Uma vez que a língua é o reflexo da variedade social, como a conscientização na escola do preconceito linguístico reflete na sociedade? Partimos do princípio das diferenças entre as falas de acordo com o status ou papel que desempenham na sociedade.

As línguas fornecem também meios de constituição de identidade social. Por isso seria estranho, quando não ridículo, um velho falar como uma criança, uma autoridade falar como um marginal social, etc. Muitos meninos não podem usar a chamada linguagem correta na escola, sob pena de serem marcados pelos colegas, porque em nossa sociedade a correção é considerada uma marca feminina. As variações linguísticas são condicionadas por fatores internos da língua ou por fatores sociais, ou por ambos ao mesmo tempo (POSSENTI, 1996, p. 35).

Ao reconhecer que as variações linguísticas são fundamentais na sociedade, a escola adapta e melhora o ensino dela, estabelecendo uma relação de extrema importância entre a sociedade e a escola, uma vez que a escola visa combater o preconceito linguístico e a sociedade cobra da escola que conscientizem sobre a diversidade, que a escola inclua em vez de excluir. Um aluno que não comete preconceito linguístico está mais propenso a não praticar o preconceito social, sendo mais tolerante e pensando conscientemente a respeito dos papéis sociais e como respeitá-los nas suas funções. A escola quando faz seu melhor para vencer o preconceito linguístico, promove o ensino cidadão dentro das práticas sociais de diversidades linguísticas, contribuindo para a sociedade com um cidadão liberto de dogmas e capaz de lutar contra todos os tipos de preconceito. Para reafirmar este ponto, podemos citar Bagno (1999) que reforça que é necessário que as instituições de ensino reconheçam as diversidade linguística presente em nosso país, a fim de elaborar um ambiente mais acolhedor e sem preconceitos direcionados aos alunos que provêm de meios sociais onde a linguagem falada se trata da linguagem que foge da norma padrão, para que estes tenham uma experiência mais familiarizada dentro da sala de aula em relação à sua forma de se comunicar.

5. Considerações finais

Compreendemos que a diversidade linguística se dá em razão das variadas formas de expressão presentes em diferentes contextos; seja ela regional ou socioeconômico. Portanto, está presente em todas as sociedades, visto que a formação das camadas sociais e culturais se embasam na junção de diferentes padrões de comportamento, e expressão humana. A

língua por sua vez, acompanha a variação de todos os fatores, sendo então, formada a partir das particularidades do contexto de vida de cada indivíduo.

Ao passo que entendemos as formas de variação da língua como um padrão de expressão humana em diferentes contextos, observamos que o preconceito linguístico surge a partir da mesma proporção. O preconceito como forma de subseqüenciar camadas sociais, manifesta-se da necessidade em rotular, com base em rasas preestabelecidas, as variantes linguísticas.

Nesse ínterim, constatamos que a construção da nossa questão problema se dá em razão de falhas estruturais; ou seja, desenvolveu-se a partir de fatores histórico-sociais – como, por exemplo, a formação de camadas sociais e sua visão centrada. Esse tipo de visão surge da necessidade em supervalorizar uma porção frente à outra, tornando o diferente, estranho e inferior frente aos padrões estabelecidos.

Através de todo o apanhado que conduziu nosso pensamento até o ponto em questão, pudemos entender o papel das instituições escolares frente ao combate do preconceito linguístico; de forma que, enxergamos na escola um território apesar de novo ao aluno, representa e dissemina padrões já existentes no contexto social ao qual cada um está inserido. Essa diversidade permeia o interior da escola por meio das experiências de vida de cada um.

Desse modo, vimos no ambiente escolar um laboratório social em potencial; mas que diferentemente do real tem dever de formar, e preparar os indivíduos para de fato atuarem em sociedade. Dessa forma, estaria nessa etapa a oportunidade em conscientizar os indivíduos que futuramente estarão à frente das novas gerações. Se faz importante também repensar o uso dos materiais didáticos utilizados pelos educadores, que muitas vezes despercebidamente, utilizam de conteúdos que reforçam a principal questão do preconceito linguístico, que é supervalorizar uma linguagem acima de outras e tratar um único padrão como se fosse o mais correto e adequado para qualquer situação.

Por meio desse raciocínio, pensamos como papel da escola o desenvolvimento de atividades a fim de conscientizar e levar informação de qualidade aos alunos. Visando dessa maneira, alcançar um padrão de desmistificação do alheio. É necessário que as instituições escolares encarem com responsabilidade o dever de desmembrar da sociedade uma falha estrutural causadora de inúmeros casos de lesão à vida social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALÉONG, Stanley. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, M. (Org.). *Norma Linguística*. São Paulo, Edições Loyola, 2000.
- BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália*: novela sociolinguística. Contexto, 2001.
- _____. *Preconceito linguístico*: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 03 de out. de 2020.
- CAMACHO, R. G. Sociolinguística: parte II. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à Linguística*: domínios e fronteiras, v.1. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FARGETTI, Cristina Martins; MIRANDA, Tayná Gonçalves. Plurilinguismo: a diversidade que não é abordada nos livros didáticos. *Revista Letras Raras*, v. 5, n. 3, p. 79-88, 2016.
- KRAMER, S. *Com a pré-escola nas mãos*: uma proposta curricular. São Paulo: Ática, 1989.
- LEITE, Marli Quadros. A intolerância linguística na imprensa. *Linha D'Água*, n. 18, p. 81-96, 2005.
- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- MILROY, J. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In: LAGARES, X. C; BAGNO, M. (Org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011.
- MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à sociolinguística*: o tratamento da variação. Contexto, 2003.
- PERFEITO, A. M. Concepções de linguagem, teorias subjacentes e ensino de língua portuguesa. In: MENEGASSI, R. J; DOS SANTOS, A. R; RITTER, L. C. B. (Org.). *Concepções de linguagem e ensino*. Maringá: Eduem, 2010. p. 11-38

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

POSSENTI, Sírío. *Porque (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Coleção Leituras no Brasil, 1996.

PETERMANN, Rafael. ALVES, Luíz Henrique. Língua, variação e livro didático: análise da abordagem da variação linguística em manuais didáticos do Ensino Médio. *Revista Língua Tec.*, v. 3, n. 6, p. 1-21, Bento Gonçalves, novembro-2018.

RIQUE, Itamara Jamilly Cavalcante. *Preconceito linguístico: Sociedade, Escola e o Ensino de Português*. Guarabira-PB. Universidade Estadual da Paraíba Centro de Humanidades: Departamento de Letras. Curso de Licenciatura Plena em Letras, 2012.

SARAIVA, Melbiany Barros. *A influência da modalidade oral em textos escritos: um olhar sociolinguístico nas produções de alunos do ensino fundamental em escola pública de Maceió*. Dissertação de Mestrado – Curso de Mestrado Profissional em Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019. 102f.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. 36. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.